



Conselho Local de Ação Social de Cascais

XXXI Plenário do CLAS

Ata nº 31

Data: 25 de Março de 2015

Local: Fundação O Século

Presenças: (anexo 1)

Representantes no plenário: 54 presenças (das quais 5 sem direito a voto) e 11 ausências (das quais 2 sem direito a voto). Duas entidades justificaram a ausência.

Outras entidades convidadas presentes – 12

Total de participantes – 120 (aprox.)

Aos vinte e cinco dias do mês de Março de dois mil e quinze, com início às 9h30 realizou-se o XXXI Plenário do CLAS, tendo como pontos agendados:

- 1 - Abertura pelo Sr. Presidente do CLAS
- 2 - Aprovação da Ata do último Plenário
- 3 – Informações
- 4 – Apresentação dos Planos de Ação 2015 das Comissões Sociais de Freguesia
- 5 – Apresentação e votação do Plano de Ação do CLAS 2015
- 6 – Diagnóstico Social
- 7 – Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes
- 8 – Em Cima da Mesa: Empregabilidade
- 9 - Apresentação de resultados do CLDS Alcabideche
- 10 – Ponto de situação do CLDS+ São Domingos de Rana
- 11 – Candidaturas Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)

A abertura do plenário foi efetuada pelo presidente do CLAS, Carlos Carreiras, que informou não poder ficar no plenário por motivos de agenda mas que fez questão de estar presente na abertura. O presidente do CLAS concretizou ainda o segundo ponto da ordem de trabalhos, submetendo a ata do último plenário a votação, tendo sido aprovada com uma abstenção.

Na ausência do Presidente do CLAS, a condução dos trabalhos foi assegurada pelo Vereador Frederico Pinho de Almeida que passou a palavra à Diretora de Segurança Social do Centro Distrital de Lisboa do ISS. Fernanda Fitas referiu que a atual prioridade para os acordos de cooperação é na área da deficiência e que numa segunda fase (Abril e Maio) serão abrangidas outras respostas sociais. Neste momento está em preparação o orçamento para 2015.

Ata provisória – sujeita a aprovação no próximo plenário

Em Lisboa, os serviços da Segurança Social, em articulação com a Santa Casa da Misericórdia, estão a efetuar visitas às instituições, no sentido de conhecer a realidade das instituições com mais necessidade de apoios, nomeadamente na área da infância e juventude.

Fernanda Fitas informou ainda que a Segurança Social está representada no comité do Programa Operacional de Lisboa 2020 (regional e centro), e da importância de identificar neste comité o que são as principais necessidades dos vários territórios/concelhos.

O Vereador Frederico de Almeida agradeceu à Fundação O Século a disponibilização do espaço para a realização do plenário, bem como todo o apoio logístico. Referindo-se à situação social do Concelho identificou duas grandes lacunas: respostas na área da saúde mental e residências para pessoas com deficiência. Neste momento a Câmara tem em fase final do projeto do CRID, que não tem financiamento do Estado, e que todo o seu encargo é assumido pela autarquia. Para além deste equipamento, a autarquia vai apoiar um segundo espaço para Lar residencial na antiga escola de Rana, e que será gerido pela CERCICA.

A Segurança Social informou, o plenário, que no concelho de Cascais está a apoiar 300 utentes na área dos deficientes e 2000 idosos (lares e centros de convívio).

Seguiu-se o terceiro ponto da agenda tendo usado da palavra a presidente da Comissão de Proteção de Crianças de Cascais, Célia Rebelo, que prestou informações sobre a campanha Laço Azul, com base na apresentação em anexo 2.

Conceição Fernando, do Centro Comunitário de Carcavelos pediu a palavra tendo dado informação sobre a UDIPS (União das IPSS) realçando a importância das IPSS serem membros da UDIPS o que dá acesso a um conjunto de serviços nomeadamente de assessoria jurídica na área de recursos humanos e de contabilidade.

Foi ainda referida a parceria entre a UDIPS e a CMC na realização do Seminário “Coesão Social e Inclusão: Apanha a onda” que se irá realizar a 28 e 29 de Maio no Centro de Congressos do Estoril.

No âmbito do 4º ponto da ordem de trabalho, procedeu-se à apresentação dos planos de ação para 2015 das quatro Comissões Sociais de Freguesia (CSF).

O presidente da Junta de Freguesia de Alcabideche e da respetiva CSF, Rui Correia Costa, apresentou Alcabideche como um território de oportunidades, tendo destacado as principais ações em curso e previstas para 2015. Seguiram-se três elementos do Núcleo Executivo da CSF de Alcabideche (Júlio Marques do CRID, Helena Gonçalves do ACES e Neuza Gonçalves da CMC) que apresentaram o percurso efetuado pela CSF no último ano; as metodologias utilizadas na identificação dos recursos e problemas da Freguesia; bem como o plano de ação para 2015/16. A apresentação da CSF de Alcabideche encontra-se no anexo 3.

Ao nível da saúde mental, a Enf.ª Helena Gonçalves informou o plenário que foi estabelecido um protocolo de articulação entre o ACES e o Hospital de Cascais para dar resposta a situações de urgência psiquiátrica até às 18h00. Foi também referido que se está a estudar a viabilidade de replicar o projeto “dose certa” noutros territórios do Concelho.

Ata provisória – sujeita a aprovação no próximo plenário

Seguiu-se a apresentação da CSF de Carcavelos Parede tendo a presidente da União de Freguesias e da respetiva CSF, Zilda Silva, passado a palavra a Elsa Pereira da ABLA, enquanto membro do Núcleo Executivo, que procedeu à apresentação do Plano de Ação 2015 da CSF Carcavelos Parede, bem como algumas preocupações e desafios para o próximo biénio, de acordo com o anexo 4.

Em representação da CSF Cascais Estoril, tomou da palavra o presidente da Junta de Freguesia e da respetiva CSF, Pedro Morais Soares, tendo referido os dois objetivos centrais da CSF em 2015/16 focados na área da saúde mental e do emprego, tendo sido referido que se encontram em execução um conjunto de projetos paralelos, na sua maioria de continuidade e alguns novos. O presidente da CSF deu conta do modo como o gabinete de emprego está a ser implementado, apresentou os dados do diagnóstico do grupo da saúde mental efetuado em 2014 bem como a proposta de passar a haver um técnico de referência no acompanhamento das situações com problemas de Saúde Mental (gestor de caso). A apresentação encontra-se no anexo 5.

Por último, a presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Rana e da respetiva CSF, Fernanda Gonçalves, enquadrou a dimensão e diversidade da freguesia, referenciando os problemas existentes na Freguesia ao nível da mobilidade e da necessidade de mobilizar novos parceiros. Neste contexto, apresentou o plano de ação da CSF para 2015 consubstanciado no projeto “Centro de Recursos Itinerante”, tendo explicitado os seus objetivos e modo de funcionamento, de acordo com anexo 6.

No final das apresentações dos Planos de Ação das CSF, Fernanda Fitas valorizou o trabalho que está a ser desenvolvido pelas CSF, quer em termos da forma como estão organizadas como da dinâmica que imprimiram no seu funcionamento.

Luisa Cipriano, da CMC, sugeriu que na sistematização dos recursos e das respostas das várias áreas se otimizasse outros instrumentos que já existem, nomeadamente o guia de recursos *on line*.

Efetuadas as apresentações dos planos de ação das CSF, seguiu-se o ponto 5 da ordem de trabalhos, tendo tomada a palavra Mafalda Morgado do Século enquanto membro do núcleo executivo do CLAS que apresentou o plano de ação 2015, de acordo com a apresentação em anexo 7. Tendo o documento sido enviado previamente ao plenário a todos os membros da Rede Social, procedeu-se à aprovação do plano de ação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a apresentação dos “Enfoques de Atuação da Rede Social” por parte de Isabel Pinto Gonçalves da CMC, na qualidade de coordenadora do núcleo executivo. Esta apresentação, em anexo 8, sistematiza os 3 enfoques centrais da atuação das estruturas das redes sociais, resultantes de um estudo de avaliação do programa da Rede Social a nível nacional, realizado pelo IESE, adaptados pelo núcleo executivo do CLAS ao contexto da Rede Social de Cascais. Esta apresentação incluiu uma relação de todos os Planos de Ação 2015 (Comissões Sociais de

Ata provisória – sujeita a aprovação no próximo plenário

Freguesia e CLAS) com os referidos enfoques de atuação (Planeamento, Impactos e Governança).

No âmbito do ponto 6 da ordem de trabalhos, tomou a palavra Ana Ramalheira do Centro Social e Paroquial de São Domingos de Rana, enquanto membro do núcleo executivo do CLAS, que deu conta do processo de desenvolvimento do diagnóstico social em curso, com base na apresentação em anexo 9. Foi referida a importância do diagnóstico social para a elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento Social, bem como do envolvimento de todos os parceiros neste processo.

Seguiu-se um período de debate que contou com 4 intervenções:

- Susana Martins, CMC, abordou os grupos de análise do diagnóstico social (crianças, idosos, pessoas com deficiência, imigrantes e mulheres) questionando porque não constavam os homens;
- Amélia Cabrita, Centro Social e Paroquial de São Domingos de Rana, levantou a questão dos tempos de realização do diagnóstico e de elaboração do PDS e da necessidade de atualização permanente da informação diagnóstica.
- Ana Paula Magalhães, Autoridade de Saúde de Cascais sublinhou a importância de assegurar permanentemente que os dados do Diagnóstico não se desatualizam e funcionarão de suporte a qualquer plano estratégico.
- Ricardo Caldeira, CMC, questionou de que forma se está a pensar garantir a passagem de informação à população, sugerindo a realização de infografias, para facilitar a que a informação do Diagnóstico possa ser apropriada e divulgada pelos munícipes.

À primeira questão colocada, Filipa Pereira, CMC referiu que os grupos de análise do diagnóstico decorrem do modelo concetual adotado (Conselho da Europa) que considera os grupos anteriormente referidos como os grupos que historicamente estiveram mais expostos a situações de exclusão social e que uma análise da coesão social deve prestar uma atenção particular a estes grupos da população.

Seguiu-se o ponto 7 da agenda, onde foi apresentada (anexo 10), por Carolina Vilas Boas (CMC), a metodologia participativa que foi aplicada na mobilização de vários atores (população, técnicos/as e decisores/as), com vista ao diagnóstico de necessidades e definição de medidas a integrar no Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes.

Ana Paula Magalhães, Autoridade de Saúde de Cascais, questionou porque razão a área da saúde não estava abrangida na identificação de problemas no âmbito do Plano. Carolina Vilas Boas esclareceu que a área da saúde foi alvo de uma avaliação muito positiva por parte da população imigrantes, não tendo sido identificados problemas a resolver.

Isabel Pinto Gonçalves referiu ainda a respeito do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes que na fase de diagnóstico foi interessante verificar como determinadas problemáticas como o isolamento e a questão da língua se colocam de forma transversal a comunidades diferentes de imigrantes, incluindo pessoas com maiores recursos socioeconómicos, provenientes de países europeus.

Ata provisória – sujeita a aprovação no próximo plenário

Após intervalo para almoço, retomaram-se os trabalhos às 14h30 com o ponto 8 da ordem de trabalhos: Em Cima da Mesa sobre Empregabilidade. Foram integradas neste Em Cima da Mesa 4 apresentações (anexo 11):

- Do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Mafalda Marçano, apresentou os programas de apoio do IEFP: estímulo emprego; estágios emprego; empreendedorismo e investe jovem; contratos emprego inserção e contratos emprego inserção mais; reabilitação profissional.
- Da CERCICA, cuja representante (Cristina Figueiredo) apresentou as metodologias utilizadas na construção de percursos de emprego de pessoas com deficiência intelectual, incluindo componentes formativas e de capacitação; e referindo a importância do trabalho em rede e junto da comunidade como forma de potenciar empregabilidade deste grupo da população.
- Do Cadin (Andreia Craveiro) e da Associação Novamente (João Galveia) que conjuntamente apresentaram as suas experiências de intervenção com pessoas com deficiências e incapacidades, algumas delas “invisíveis” (limites cognitivos, problemas comportamentais, dificuldades ao nível da comunicação, interação social e adaptabilidade), focando a importância de derrubar barreiras psicológicas e trabalhar com os empregadores.
- Do BIIP, cuja representante (Raquel Monteiro) apresentou o projeto Semear – Terra de Oportunidades, que visa capacitar e integrar socio-profissionalmente jovens adultos com necessidades especiais, no sector agrícola e atividades relacionadas. Foram descritas as componentes do projeto, os parceiros envolvidos e as metodologias utilizadas.

Seguiu-se um período de debate, tendo usado da palavra Carolina Crispim (CMC) referindo a importância de respostas intermédias entre o CAO e o mercado de trabalho que assegurem que as pessoas com deficiência se sintam úteis à sociedade, nomeadamente o voluntariado.

Isabel Pinto Gonçalves questionou as/os oradoras/es relativamente ao impacto da crise na colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e questionou se o principal problema à colocação tem a ver com o estigma ou com falta de informação por parte dos/as empregadores/as.

Cristina Figueiredo respondeu que, apesar da crise, as empresas continuam dispostas a integrar pessoas com deficiência no âmbito da responsabilidade social e com os apoios do IEFP. Considera que o problema do estigma é o menos significativo, sendo mais relevante o desconhecimento dos apoios e a burocracia.

Susana Martins (CMC) perguntou se podem ser encaminhadas pessoas para o projeto Semear e se vão ser criados novos grupos.

Andreia Craveiro referiu que no Cadin o voluntariado tem sido utilizado numa ótica de treino de competências. Referiu ainda que, no seu entender, o estigma continua a ser uma barreira à integração das pessoas com deficiência e incapacidades.

Raquel Monteiro informou que irá ser criado um novo grupo no âmbito do projeto Semear, mas nunca antes de Setembro. Reiterou a necessidade de explorar práticas não formatadas entre CAO e mercado de trabalho, sendo necessário explorar os interesses particulares de cada pessoa.

Ata provisória – sujeita a aprovação no próximo plenário

Seguiu-se a apresentação de resultados do CLDS (Alcabideche) com base na apresentação em anexo 12 e votação de relatório final, enviado previamente para todos os membros da Rede Social. A apresentação foi efetuada por Mónica Mascarenhas da Fundação Aga Khan, tendo posteriormente sido aberto um período de questões.

Edgar Pereira, da CERCICA questionou se as comunidades têm capacidade de dar continuidade aos projetos e às dinâmicas criadas após saída da Aga Khan dos territórios. Mónica Mascarenhas respondeu que a Aga Khan irá continuar presente enquanto for necessário e que toda a intervenção é desenvolvida em conjunto com as organizações locais o que favorece a sustentabilidade das ações.

Antes da votação do relatório final do CLDS, tomou da palavra Frederico Pinho de Almeida, referindo caber-nos a todos não deixar cair os frutos das sementes lançadas e realçando a importância da intervenção em Alcoitão por ser uma localidade mais a descoberto.

Seguiu-se a votação do relatório final, aprovado por unanimidade.

Passou-se ao ponto 10 da ordem de trabalhos, tendo sido efetuado por Giorgia Consoli, da Fundação Aga Khan, um ponto de situação do CLDS+ (São Domingos de Rana) com base na apresentação em anexo 13.

Após apresentação, Luísa Cipriano (CMC) pediu esclarecimento sobre o centro de recursos dirigido a educadoras, reforçando a importância de articular esta experiência com a plataforma Crescer Melhor em Cascais.

José Fraga (IEFP) agradeceu o papel da Aga Khan na mobilização de pessoas para a qualificação profissional e questionou se o jantar convívio referido tinha servido este objetivo.

Giorgia Consoli e Mónica Mascarenhas, da Fundação Aga Khan, referiram que o centro de Emprego de Cascais é dos centros mais flexíveis na adaptação das formações às necessidades locais.

Seguiu-se o ponto 11 da agenda com a apresentação das Candidaturas Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). A primeira foi apresentada por Manuel João Almeida, Assoc. Humanitária de Bombeiros de Parede “Amadeu Duarte”, respeitante ao território de Carcavelos e Parede, conforme apresentação em anexo 14. A segunda foi apresentada por Helena Gata, respeitante ao território de Alcabideche e São Domingos de Rana, conforme apresentação em anexo 15.

Após as apresentações, tomou da palavra Frederico Pinho de Almeida, tendo esclarecido que a CMC não poderia candidatar as quatro freguesias porque o próprio concurso impunha o limite de 150.000 habitantes. A Câmara optou assim pelas freguesias com indicadores menos positivos e que carecem de mais intervenção. Referiu ainda que só teve conhecimento da candidatura de Carcavelos Parede no dia 5 de Fevereiro. Por fim, agradeceu a todas as organizações que colaboraram na elaboração de ambas as candidaturas e fez votos de que ambas sejam bem-sucedidas.

Antes de encerrar o plenário, Frederico Pinho de Almeida referiu que todas as apresentações serão enviadas para os membros da RS; apelou ao preenchimento da ficha de avaliação e

Ata provisória – sujeita a aprovação no próximo plenário

agradeceu a presença de todas as organizações, bem como ao Século pela cedência das instalações e apoio logístico.

Às 17h15 o plenário foi encerrado.

A avaliação do plenário efetuada pelos/as participantes encontra-se no anexo 16.